

A IMPORTÂNCIA DO FLUXO DE CAIXA NO PLANEJAMENTO FINANCEIRO EMPRESARIAL

Rodrigo Fernando da Silva Marques
(Discente do 4º período do Curso de Tecnologia em Gestão Financeira das Faculdades Integradas de Três Lagoas-AEMS)
Esliane Carecho Borges da Silva
(Docente Especialista das Faculdades Integradas de Três Lagoas-AEMS)

RESUMO

O presente artigo pretende, através de um levantamento bibliográfico da literatura existente, discorrer sobre a utilização eficiente do fluxo de caixa no processo de planejamento financeiro empresarial e analisar sua importância como ferramenta de gestão e tomada de decisões. Inicia-se com uma breve conceituação do termo fluxo de caixa, suas peculiaridades, tipos existentes, suas classificações e formas de elaboração. A partir deste ponto, define-se o que é planejamento financeiro, seus objetivos a serem alcançados junto à empresa, sua classificação e abrangência de sua atuação nos níveis organizacionais para então finalizar com uma análise da relação existente entre os dois temas e situar a importância da utilização do fluxo de caixa no contexto do plano financeiro empresarial e seus resultados na gestão.

Palavras-chave: Fluxo de caixa, Gestão empresarial, Planejamento financeiro.

INTRODUÇÃO

No mercado globalizado em que vivemos, empresas que não conseguem acompanhar o ritmo frenético das mudanças acabam sendo ultrapassadas por suas concorrentes, as que de certa forma evidenciam a necessidade de profissionais qualificados na gestão de todos os departamentos, principalmente o financeiro.

Surge então a preocupação com a correta administração dos recursos financeiros que a empresa dispõe, acompanhando de perto todas as movimentações e o uso eficiente das ferramentas de controle como balanços, demonstrativos, índices e o fluxo de caixa.

Entretanto, muitas vezes, o profissional da área financeira trabalha com determinada ferramenta, mas não consegue utilizar e explorar o máximo que esta pode oferecer, por não ter o conhecimento de sua importância e eficiência nos resultados alcançados, justificando assim o estudo em questão como meio informativo do uso eficaz da ferramenta fluxo de caixa na administração financeira.

Pretende-se, portanto, através de uma revisão bibliográfica da literatura já publicada, analisar o assunto, objetivando destacar a importância do fluxo de caixa no planejamento

financeiro empresarial, especificando as vantagens da adequada utilização dos mecanismos de gestão do fluxo de caixa empresarial, por se tratar de um meio fundamental para se conhecer as entradas e saídas de capital em diversas oportunidades a fim de se prever possíveis sobras ou faltas de recursos e auxiliar o gestor nos momentos decisórios, seja na busca de recursos junto às instituições financeiras ou aplicações e investimentos do excedente.

1 CONCEITO DFC

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é “uma demonstração contábil que tem por fim evidenciar as transações ocorridas em determinado período e que provocaram modificações no saldo da conta Caixa” (RIBEIRO, 2005, p. 400).

Ainda, segundo o autor Fluxo de Caixa envolve entrada e saída de dinheiro da empresa.

Fluxo de Caixa nada mais é que a diferença entre o valor recebido menos o valor pago em caixa, durante um determinado período do relatório financeiro (BLATT, 2001).

Conforme Neto (2010) a DFC resulta numa verificação da empresa se ela conseguirá arcar com seus acordos financeiros, ter dinheiro em caixa para o futuro, e ter capacidade em gerar ganhos mesmo quitando suas dívidas.

Matarazzo (2010) relata que a definição de Fluxo significa movimento, pode-se afirmar que fluxo de caixa será o movimento do caixa.

É necessário entender claramente a função do tema exposto, pois a ausência de tal conhecimento e domínio pode gerar a falta de dinheiro no caixa da empresa e por fim, ocasionar a falência da mesma.

Segundo Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 186), o Fluxo de Caixa é baseado nos seguintes fatos:

- A DFC, por sua vez, demonstra a origem e a aplicação de todo dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período e o resultado desse fluxo. O caixa considerado engloba as contas Caixa e Bancos – por esse motivo, consideramos que seria mais adequada a intitulação Demonstração do Fluxo de Disponível. [...] Utilizamos a denominação DFC por ser a forma geralmente mais adotada.
- A análise conjunta da DFC e da Demonstração do Resultado pode esclarecer situações controvertidas sobre o porquê de a empresa ter um lucro considerável e estar com o Caixa baixo, não conseguindo liquidar todos os seus compromissos. [...] Embora, seja menos comum o porquê de a empresa ter prejuízo, embora o Caixa tenha aumentado.

É através da Demonstração dos Fluxos de Caixa que se verifica as mudanças tidas na área financeira da empresa durante um tempo (GRECO, GÄRTNER E AREND, 2009).

Blatt (2001) completa sua avaliação, constatando que essa demonstração fornece uma visão profunda dos fluxos de caixa, de suas fontes e usos dos recursos.

1.1 OBJETIVO

Pode-se compreender, com base em Greco, Gärtner & Arend (2009) que as informações sobre os fluxos de caixa são de suma importância, pois é por ela, na qual é constatado pelo indivíduo se a empresa possui capacidade em gerar caixa e a necessidade de utilização de seus recursos.

Segundo Matarazzo (2010, p. 234), a Demonstração do Fluxo de Caixa segue os seguintes objetivos:

- Avaliar alternativas de investimentos.
- Avaliar e controlar ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa, [...].
- Avaliar as situações presente e futura do caixa na empresa, posicionando-a para que não chegue a situações de liquidez.
- Certificar que os excessos momentâneos de caixa estão sendo devidamente aplicados.

A partir dessas reflexões, com o total entendimento do fluxo de caixa de uma empresa, esse processo irá auxiliar de uma forma fantástica o crescimento da mesma no mercado, pois qualquer erro que possa vir a ocorrer, pode ocasionar perdas catastróficas em geral na empresa.

O objetivo essencial da DFC é disponibilizar informações relevantes sobre os fluxos financeiros (em dinheiro) de pagamentos e recebimentos realizados por uma empresa, no exercício (NETO, 2010).

A DFC propicia a elaboração de um melhor planejamento financeiro, de forma que não ocorra excesso de Caixa, mas que se mantenha o montante necessário para fazer face aos compromissos imediatos. Também permite descobrir o momento de quando buscar empréstimos para cobrir a insuficiência de fundos, bem como quando aplicar no mercado financeiro o excesso de recursos (IUDÍCIBUS, MARION e FARIA, 2009, p. 187).

Com a Demonstração do Fluxo de Caixa, a empresa sabe o momento que não possui em mãos o dinheiro necessário para cumprir com suas dívidas, e a hora de investir a sobra do dinheiro que está parado no caixa, fazendo com que não se perda oportunidades futuras de ganhos.

A DFC não serve apenas para empresas, mas sim também para pessoas físicas que tenham algum tipo de negócio, pois é uma ferramenta indispensável.

Segundo o site Pérolla Contabilidade (2009) o principal objetivo é gerar conhecimento para a tomada de decisões por parte da gestão da empresa, como: necessidade de captação de recursos ou sobras do caixa para posterior investimento, visando alternativas de maior rentabilidade para a empresa.

Os problemas de insolvência ou iliquidez na maioria das vezes ocorrem pela ausência de um administrador para gerir o fluxo de caixa, por isso o foco principal é mostrar a tamanha importância que uma boa análise desse fluxo pode gerar. (MATARAZZO, 2010).

Porém, antes de compreender o que é DFC e o motivo da sua utilização nos tempos atuais, vamos relembrar o que era e como funcionava o DOAR, que nada mais é que a “comparação entre dois balanços consecutivos, os quais identificam as variações ocorridas na estrutura financeira da empresa durante o período considerado, permitindo melhores critérios para a análise financeira” (NETO, 2010, p. 80).

É importante ressaltar que mesmo com as mudanças ocorridas, uma forma de análise não substitui a outra de maneira alguma. A DFC analisa de uma forma mais detalhada, pois sua principal forma de trabalho é para prazos mais curtos. No caso da DOAR, sua função é estabelecer formas para ganho no médio e longo prazo. Além disso, a DFC “larga” na frente no quesito de fácil entendimento, pois na DOAR sua compreensão já é mais complexa (IUDÍCIBUS, MARION e FARIA, 2009).

1.2 TIPOS DE DFC

Para Matarazzo (2010), existem duas formas de Demonstração de fluxo de caixa:

- Demonstração das “Entradas e Saídas” de Caixa, na qual é denominada de DESC.
- Demonstração do “Fluxo Líquido de Caixa”, na qual é denominada de DFLC.

A Demonstração de Entradas e Saídas de Caixa – DESC – visa mostrar o confronto entre as entradas e saídas de caixa [...] e, conseqüentemente, se haverá (a sua utilização maior se dá quando elaborada de forma prospectiva) sobras ou falta de caixa, permitindo à administração decidir com antecedência se a empresa deve tomar recursos ou aplicá-los. A DESC é, portanto, um instrumento imprescindível. Não se concebe uma empresa que possa operar sem ter uma DESC atualizada mensalmente (MATARAZZO, 2010, p. 234).

Na DESC não é possível a avaliação da situação do caixa de uma empresa, como por exemplo: por que acontece de faltar dinheiro?

Dessa maneira, com a utilização da DFLC – Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa, ele mostra o efeito de cada item no caixa da empresa, como a necessidade do capital de giro (que por sua vez é verificado de diversas formas) como nível de estocagem, expansão ou redução de atividades, realização de investimentos, entre outros.

Ainda segundo o autor, ele definiu bem simplistamente que a DESC nada mais é que uma ferramenta de trabalho, e já a DFLC é uma ferramenta de análise.

Com a DFLC, é possível verificar informações relevantes sobre o funcionamento financeiro da empresa no período em questão.

No entendimento do autor acima, ele cita a DFLC como o processo das informações que trata da capacidade financeira da empresa:

- Produzir capital para permanecer e crescer o negócio.
- Liquidar dívidas de longos ou curtos períodos.
- Ser independente do curto prazo (MATARAZZO, 2010).

1.3 DEFINIÇÕES DE TERMOS

Greco, Gärtner e Arend (2009, p. 130) relacionam abaixo a lista de denominações utilizadas nesse assunto:

- Caixa: compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis;
- Equivalentes de caixa: são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor;
- Fluxos de caixa: são as entradas e as saídas de caixa e equivalentes de caixa;

- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades diferentes das de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: são as referentes à aquisição e venda de ativos de longo prazo e investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e endividamento da entidade.

Para Iudícibus, Marion e Faria (2009) as definições citadas acima são as mesmas colocações que foram feitas em seus livros.

1.4 ANÁLISE DA GESTÃO DE CAIXA

Matarazzo (2010, p. 241) afirma que “o melhor instrumento de análise financeira é a DFLC”.

As entradas e saídas de caixa de uma empresa sempre batem. Mesmo a empresa inadimplente, ao deixar de cumprir parte ou totalidade de seus compromissos, tem o saldo de caixa “batido”. Também a empresa mal-administrada, que toma empréstimos de curto prazo para cobrir prejuízos, realizar investimentos sem retorno, e que, portanto, não poderá pagá-los, terá as entradas e saídas de caixa “batendo”. Daí o perigo do uso da Demonstração de Entradas e Saídas de Caixa – DESC.

É através da DFLC que se verifica se a empresa está produzindo recursos para financiar suas atividades comerciais, se resta dinheiro para quitar dívidas, fazer investimentos ou abater em financiamentos de longo prazo, pois exibi de uma forma bem clara os fatos principais para uma análise da gestão de caixa.

1.5 CLASSIFICAÇÃO DE ENTRADAS E SAÍDAS DE CAIXA POR ATIVIDADES

Diversos autores trabalham com três tipos de classificações para as entradas e saídas de caixa da DFC: atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamento.

Ribeiro (2005, p. 401) inicia seus argumentos pela explicação do que se trata as atividades operacionais:

Compreendem as transações que envolvem a consecução do objeto social da Entidade. Elas podem ser exemplificadas pelo recebimento de uma venda, pagamento de fornecedores por compra de materiais, pagamento dos funcionários etc.

Iudícibus, Marion e Faria (2009) completam dizendo que as atividades operacionais são resultados das operações de transações e de outros eventos que entram na apuração do lucro líquido ou prejuízo, como no exemplo podemos detalhar:

- Recebimentos de caixa, pela prestação de serviços ou venda de mercadorias;
- Pagamentos de caixa prestadores de serviços;
- recebimentos e pagamentos de caixa para seguradoras.

A venda de um imóvel, por exemplo, pode gerar ganhos ou perdas, sendo dessa forma apurada como lucro líquido ou prejuízo. O resultado desse tipo de transação é originado através das atividades de investimento. Portanto, se fosse construído ou comprado um imóvel

para posterior aluguel para outras pessoas e depois revendido, é de origem das atividades operacionais. Os alugueis e o valor da venda recebido, também é de origem das atividades operacionais.

Segundo Neto (2010) com a nova Lei atual, a DFC deve mostrar claramente, no mínimo, os três fluxos financeiros: operações, investimentos e financiamentos.

Fluxos Financeiros Operacionais: são os registros na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) através das suas transações.

Neto (2010, p. 84) conclui que dentro do fluxo financeiro operacional há dois métodos para sua avaliação:

Entradas de Caixa: recebimentos de vendas realizadas a vista e de títulos representativos de vendas a prazo; recebimento de receitas financeiras provenientes de aplicações no mercado financeiro, dividendos de participações acionárias em outras empresas, outros recebimentos como indenizações de seguros, sentenças judiciais favoráveis etc.

Saídas de Caixa: pagamentos a fornecedores por compras a vista e de títulos representativos de compras a prazo, pagamentos de impostos, contribuições e taxas, pagamentos de encargos financeiros de empréstimos e financiamentos etc.

Assim, entendemos que as atividades operacionais é o funcionamento de uma empresa, ou seja, ela faz exercer as funções bem e com regularidade, fazendo com que a empresa opere em um mecanismo para gerar bons resultados, pois ela controla a hora de pagar e a hora de receber seus devidos valores.

Na visão de Greco, Gärtner e Arend (2009, p. 132) as atividades operacionais devem ser divulgadas utilizando os seguintes métodos:

- o método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e desembolsos brutos são divulgadas; ou
- o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos efeitos das transações que não envolvem caixa, de quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros e de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Outro tipo de fluxo financeiro trata-se das atividades de investimento, que segundo Ribeiro (2005, p. 401) pode ser compreendida como:

- As transações com os ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados ao objeto social da Entidade. As atividades de investimentos não compreendem a aquisição de ativos com objetivo de revenda.

Greco, Gärtner e Arend (2009) comentam que as Atividades de Investimento são importantes pelo motivo de demonstrar os gastos e despesas dos recursos concluídos pela

empresa com a finalidade de produzir receitas e fluxos de caixa para o futuro. Vejamos os exemplos:

- Gastos do caixa para compra de ativos imobilizados, intangíveis e outros ativos de longo prazo.
- Recebimentos em caixa através da venda de ativos imobilizados, intangíveis e outros ativos em longo prazo;
- Gastos para comprar ou recebimento resultante das vendas de ações ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em joint ventures (exceto gastos ou pagamentos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou mantidos para negociação).

Por sua vez, Iudícibus, Marion e Faria (2009) sustentam as mesmas colocações citadas acima, e por fim, reiteram suas citações com outros exemplos:

- Adiantamentos de caixa e empréstimos feitos a terceiros (afora quando realizados por instituições financeiras);
- Recebimentos de caixa por quitação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros (afora quando realizados por instituições financeiras);
- Pagar do caixa os contratos futuros, a termo, de opção e swap, saldo quando tais pagamentos forem denominados como atividades de financiamento; entre outros.

Na explicação de Neto (2010) sobre Fluxos Financeiros de Investimentos, estes são quase sempre delimitados pelas oscilações nos ativos não circulantes (ativos de longo prazo) e destinados à atividade operacional de produção e venda da empresa.

Ainda segundo o autor, Entradas de Caixa são recebimentos pela venda de títulos de aplicação de longo prazo (investimentos) e participações acionárias, de imobilizados etc. E Saídas de Caixa são aquisições de títulos de longo prazo para investimentos, desembolsos para participação acionária em outras companhias, compras a vista de bens imobilizados etc.

O terceiro tipo de fluxo financeiro é detalhado abaixo:

Atividades de Financiamento: A divulgação separada dos fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento é importante por ser útil para prever as exigências sobre futuros fluxos de caixa pelos fornecedores de capital à entidade. Exemplos de fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento são:

- caixa recebido pela emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais;
- pagamentos de caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade (IUDÍCIBUS, MARION e FARIA, 2009, p.197).

Greco, Gärtner e Arend (2009), portanto concordam com as expressões citadas acima, pois em seu livro os autores reiteram as mesmas afirmações.

“A captação de recursos dos acionistas ou cotistas e seu retorno em forma de lucros ou dividendos, a captação de empréstimos ou outros recursos, sua amortização e remuneração” são as formas utilizadas nas atividades de financiamento (RIBEIRO, 2005, p. 401).

Fluxos Financeiros de Financiamentos são utilizados principalmente nas operações com credores e investidores. Esses procedimentos são feitos através das Entradas de Caixa: pelas captações no mercado através de emissão de títulos de dívida, integralização de ações emitidas etc. E Saídas de Caixa: são os pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas, amortizações de empréstimos e financiamentos (pagamento de principal) etc (NETO, 2010).

1.6 MÉTODOS PARA ELABORAÇÃO DA DFC

Ribeiro (2005) afirma que possui dois métodos no qual podem ser utilizados para a elaboração da DFC, que são: Método Direto e Método Indireto.

Na análise de Ribeiro (2005, p. 403), iremos descrever o que é Método Indireto que também é chamado de Método da Reconciliação:

Os recursos derivados das atividades operacionais são demonstrados a partir do lucro líquido do exercício, ajustado pela adição das despesas e pela exclusão das receitas consideradas na apuração do resultado e que não afetaram o Caixa da empresa, isto é, que não representaram saídas ou entradas de dinheiro, bem como pela exclusão das receitas realizadas no exercício e recebidas no exercício anterior e pela adição das receitas recebidas antecipadamente que não foram consideradas na apuração do resultado, porém interferiram no Caixa da empresa.

Conforme relata Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 189), o Método Indireto ou Fluxo de Caixa no Sentido Amplo, tem por base os seguintes fatos:

- É estruturado por meio de um procedimento semelhante ao da DOAR, [...]. Consiste em estender à análise dos itens não-circulantes – própria daquele – relatório as alterações ocorridas nos itens circulantes (passivo e ativo circulante), excluindo, logicamente, as disponibilidades, cuja variação se está buscando demonstrar.
- Assim, são efetuados ajustes ao lucro líquido pelo valor das operações consideradas como receitas ou despesas, mas que, então, não afetaram as disponibilidades, de forma que se possa demonstrar a sua variação no período. De forma análoga à DOAR, só que nesse caso enfocando o Caixa, consideram-se como aplicações (saídas) do caixa o aumento nas contas do Ativo Circulante e as diminuições no Passivo Circulante. Por outro lado, as diminuições de Ativo Circulante e aumentos nas contas do Passivo Circulante correspondem às origens (entradas) de caixa.
- Apesar de evidenciar a variação ocorrida nas disponibilidades, o fluxo estruturado, dessa maneira, não demonstra as diversas entradas e saídas de dinheiro do caixa pelos seus valores efetivos, mas fornece uma simplificação a partir de uma diferença de saldos ou incluindo alguns itens que não afetam as disponibilidades como despesas antecipadas, provisão para imposto de renda etc.

“O Método Indireto parte do lucro líquido do exercício para se conciliar com o caixa gerado pelas operações” (NETO, 2010, p. 85).

É necessário, pois, analisar sucintamente o Ativo Circulante que é o que a empresa tem em caixa, como também o Passivo Circulante, que é o que a empresa deve, para verificar na apuração do resultado da empresa, se houve operações que deixaram de ser utilizadas e que afetaram o caixa, ou situações que foram contabilizadas no resultado, porém não afetou o caixa da empresa. (Ver figura 01)

Companhia:	
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Exercício findo em 31 de dezembro de x2	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Resultado do exercício / período	45.000
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	
Depreciação e amortização	X
Resultado na venda de ativos permanentes	X
Equivalência Patrimonial	(X)
Recebimento de lucros e dividendos de subsidiárias	X
Variações nos ativos e passivos	
(Aumento) Redução em contas a receber	-20.000
(Aumento) Redução dos estoques	-40.000
Aumento (Redução) em fornecedores	40.000
Aumento (Redução) em contas a paga	5.000
Aumento (Redução) no imposto de renda e contribuição social	X
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	30.000
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
Compras de imobilizado	(X)
Aquisição de ações / cotas	(X)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	X
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	X
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
Integralização de capital	X
Pagamentos de lucros / dividendos	(X)
Empréstimos tomados	X
Pagamentos de empréstimos / debêntures	(X)
Juros recebidos de empréstimos	X
Juros pagos por empréstimos	(X)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	X
Aumento (Redução) nas disponibilidades	30.000
Disponibilidades - no início do período	70.000
Disponibilidades - no final do período	100.000

Figura 01 Modelo de Método Indireto

Fonte: Adaptado de RIBEIRO (2005, p. 403)

No modelo acima, pode-se verificar como houve a variação do valor de R\$ 30.000,00 no saldo da conta Caixa da empresa (RIBEIRO, 2005).

Segundo os argumentos de Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 189), o Método Direto segue as seguintes explicações:

- Logicamente, exige um maior esforço na sua elaboração, uma vez que deve ser feito todo um trabalho de segregação das movimentações financeiras, necessitando de controles específicos para esse fim.
- As entradas e saídas de Caixa são evidenciadas a começar das vendas – pelos seus valores efetivamente realizados (recebidos), em vez do lucro líquido, como no Método Indireto. A partir daí, são considerados todos os recebimentos e pagamentos oriundos das operações ocorridas no período.
- Pode-se, dessa forma, verificar que esse modelo possui um poder informativo bastante superior ao do Método Indireto, sendo melhor tanto aos usuários externos quanto ao planejamento financeiro do empreendimento.

Esse método descrito também é chamado de Fluxo de Caixa no Sentido Restrito. Fato esse que leva a ser comentado pelos outros como o “verdadeiro Fluxo de Caixa”, isso porque, diferentemente do que foi visto no outro método acima, aqui é apresentado todos os valores recebidos ou pagos que verdadeiramente participaram para as mudanças do que havia sido determinado para o período (IUDÍCIBUS, MARION E FARIA, 2009).

Os recursos provenientes das atividades operacionais são demonstrados por meio dos recebimentos e pagamentos, pelo método Direto (RIBEIRO, 2005).

Ainda segundo o autor, quando a empresa optar pelo Método Direto, será necessário a divulgação de informações referentes à união do valor do resultado do exercício junto com as disponibilidades líquidas que foram criadas ou consumidas nas atividades operacionais.

Na opinião de Neto (2010, p. 85), “O Método Direto destaca as movimentações financeiras explicitando as entradas e saídas de recursos de cada componente da atividade operacional, como recebimento de vendas, pagamentos de juros e impostos etc”.

Assim sendo, compreende-se que a análise do Método Direto nada mais é do que uma verificação detalhada dos valores de Recebimento (entradas) e Pagamento (saídas) do caixa da empresa, ou seja, verificar valor por valor que foi pago ou recebido pelo caixa. Como exemplo no caso das vendas, não se constata apenas o lucro líquido como observado no outro método, mas sim o que realmente entrou de recebimento para a empresa. Para tal procedimento, então será preciso isolar todos os valores para poder chegar ao resultado final.

Companhia:	
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Exercício findo em 31 de dezembro de X2	
Fluxos de caixa originados de:	
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores recebidos de clientes	130.000
Valores pagos a fornecedores	-60.000
Imposto de Renda e contribuição social pagos	(X)
Pagamentos de contingências	(X)
Recebimentos por reembolso de seguros	X
Recebimentos de lucros e dividendos de subsidiárias	X
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	-40.000
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	30.000
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
Compras de Imobilizado	(X)
Aquisição de ações / cotas	(X)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	X
Juros recebidos de contratos de mútuos	X
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	X
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
Integralização de capital	X
Pagamentos de lucros e dividendos	(X)
Juros recebidos de empréstimos	X
Juros pagos por empréstimos	(X)
Empréstimos tomados	X
Pagamentos de empréstimos / debêntures	(X)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	X
Aumento (redução) nas disponibilidades	30.000
Disponibilidades - no início do período	70.000
Disponibilidades - no final do período	100.000

Figura 2 - Modelo de Método Direto

Fonte: Adaptado de RIBEIRO (2005, p. 404).

Veja os cálculos que efetuamos para encontrar os valores lançados neste demonstrativo:

Valores recebidos de Clientes	
Saldo inicial de clientes	30.000
(+) Vendas de mercadorias	150.000
(-) saldo final de Clientes	-50.000
Total recebido no período	130.000

Figura 3 Valores recebidos de Clientes

Fonte: Adaptado de RIBEIRO (2005, p. 405)

Valores pagos a fornecedores	
Saldo inicial de Fornecedores	20.000
(+) Compras de Mercadorias	100.000
(-) Saldo final de Fornecedores	-60.000
Total pago a Fornecedores	60.000

Figura 4 Valores pagos a fornecedores

Fonte: Adaptado de RIBEIRO (2005, p. 405)

“Caso você não tivesse a informação do valor das compras, somente com os dados da DRE e do Balanço, poder-se-ia chegar nesse valor, acompanhe (RIBEIRO, 2005, p. 405):

$$\begin{aligned} \text{CMV} - \text{EI} + \text{C} - \text{EF} \\ \text{C} &= \text{CMV} - \text{EI} + \text{EF} \\ \text{C} &= 60.000 - 50.000 + 90.000 \\ \text{C} &= 100.000 \end{aligned}$$

Pagamento de Despesas	
Saldo inicial de Contas a Pagar	15.000
(+) Despesas incorridas no período	35.000
(+) Impostos incorridos no período	10.000
(-) Saldo final de Contas a Pagar	-20.000
Total das despesas pagas	40.000

Figura 5 Pagamento de Despesas

Fonte: Adaptado de RIBEIRO (2005, p. 405)

2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO: DEFINIÇÃO

Segundo Ross, Westerfield e Jaffe (2008, p. 589), planejamento financeiro é descrita da seguinte maneira:

- O planejamento financeiro estabelece o método pelo qual as metas financeiras devem ser atingidas. Possui duas dimensões: prazo e nível de agregação.
- Um plano financeiro é uma declaração do que deve ser feito num período futuro.
- O conselheiro da GM estava com toda a razão quando explicou as virtudes do planejamento financeiro. Em condições de incerteza, isso exige que as decisões sejam tomadas muito antes de sua implantação. Quando uma empresa deseja construir uma fábrica em 2000, ela talvez precise identificar empreiteiros em 1998. Às vezes, é útil fazer uma distinção entre o curto e o longo prazo. O curto prazo, na prática, é representado pelos próximos 12 meses. Inicialmente, concentraremos nossa atenção no planejamento financeiro a longo prazo, comumente visto como sendo um período de dois a cinco anos.
- Os planos financeiros são montados com base na análise de orçamento de capital de cada um dos projetos da empresa. Na verdade, as propostas de investimento de cada unidade operacional são somadas e tratadas como um grande projeto. Esse processo é chamado de agregação.

No planejamento financeiro sua principal função no mercado é: descobrir o que pode dar errado no futuro e quais serão as consequências desses fatos, para evitar surpresas para as empresas.

O planejamento financeiro “é um aspecto importante das atividades da empresa porque oferece orientação para a direção, a coordenação e o controle das providências tomadas pela organização para que atinja seus objetivos” (GITMAN, 2004, p. 92).

Groppelli e Nikbakht (2006) concluem que planejamento financeiro é a forma pela qual é verificada a necessidade, em qual época e como será feito o financiamento para poder dar andamento na empresa.

Ainda para o autor, caso não seja verificado corretamente se a empresa irá ter necessidade de fazer um financiamento, pode ocorrer falta de dinheiro em caixa para poder pagar dívidas, como: duplicatas a pagar, despesas de aluguel, entre outros. Sendo assim, a ausência de um planejamento financeiro em uma empresa pode levar a mesma até a falência.

2.1 MODELOS DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Como todas as empresas não são iguais umas as outras, da mesma forma funciona o planejamento financeiro. Mesmo assim, existem alguns dados que servem para todos os tipos de empresas (ROSS, WESTERFIELD E JAFFE, 2008).

Por esse motivo Ross, Westerfield e Jaffe (2008, p. 590), citam abaixo quais são esses dados:

- Previsão de vendas. Todos os planos financeiros exigem uma previsão de vendas. Previsões de vendas exatas não são possíveis, porque as vendas dependem do comportamento futuro e incerto da economia. As empresas podem obter ajuda, para esse fim, de empresas especializadas em projeções macroeconômicas e setoriais.
- Demonstrações projetadas. O plano financeiro conterá projeções de balanço, demonstração de resultado e demonstração de origens e aplicações. Essas são as chamadas demonstrações projetadas.
- Necessidades de ativos. O plano descreverá os gastos de capital projetados. Além disso, discutirá as aplicações propostas de capital de giro líquido.
- Necessidades de financiamento. O plano conterá uma seção tratando de esquemas de financiamento [...].
- Variável de fechamento. Suponhamos que o autor de um plano financeiro projete o crescimento das vendas, dos custos e do lucro líquido a uma dada taxa g^1 . Suponhamos ainda que deseje que os ativos e passivos cresçam a uma taxa diferente, g^2 . Essas duas taxas diferentes de crescimento podem ser incompatíveis, a menos que uma terceira variável também seja ajustada. Por exemplo, só poderá haver compatibilidade entre as diversas variáveis se o número de ações crescer a uma taxa diferente, g^3 . Nesse exemplo, o crescimento do número de ações é tratado como variável de fechamento [...].

- Premissas econômicas. O plano deve enunciar explicitamente o ambiente econômico que a empresa espera vigorar durante o prazo do plano. Entre as premissas econômicas a serem feitas deve pelo menos haver alguma sobre a taxa de juros.

2.2 OBJETIVOS DO PLANEJAMENTO

Ashoka e Mckinsey & Company (2001) relatam que o objetivo do planejamento financeiro é: avaliar a capacidade da organização de manter-se operante sob o aspecto financeiro. Sendo necessário juntar as informações contidas nas outras partes do plano de negocio e realizar estimativas sobre a evolução das finanças da organização.

O planejamento antecede as operações. Estas devem ser compatíveis com o que foi estabelecido no planejamento. Ele sempre existe em uma empresa, embora muitas vezes não esteja expresso ou difundido, ou seja, não é utilizado na gestão da empresa. Quando informal, estará contido, no mínimo, no cérebro do dirigente. Essa forma de procedimento deve ser um processo dinâmico, associado ao controle permanente, para poder se adaptar às mudanças ambientais. Quando não há planejamento, não pode haver controle. O objetivo desse processo é reduzir as incertezas e, conseqüentemente, os riscos envolvidos no processo decisório, aumentando a probabilidade de alcance dos objetivos estabelecidos pela empresa. O planejamento deve interagir permanentemente com o controle, para que se possa saber se está sendo eficaz, ou seja, obtendo os resultados esperados, pois planejamento sem controle não tem eficácia. Unido ao controle, o planejamento serve para a avaliação de desempenho da empresa e de seus departamentos (MOSIMANN e FISCH, 2009).

A partir desses levantamentos, cabe-nos por em prática todas as afirmações mencionadas acima, seja em casa, no trabalho, tem que existir planejamento em tudo que for feito. No caso de uma empresa em que não existe planejamento, pode ter certeza que a mesma não anda bem “das pernas”. Controle e planejamento, juntos são uma dupla imbatível contra qualquer erro que possa vir a surgir, pois eles já estão ali preparados para precaver quaisquer mudanças na qual possa vir a ocorrer.

Portanto, a empresa que utiliza esses métodos em sua gestão, irá reduzir em muito os possíveis riscos de perda e elevar suas chances de lucro.

2.3 CLASSIFICAÇÃO DOS PLANEJAMENTOS

Para Hoji (2011) o planejamento financeiro em uma empresa pode ser dividido em três tipos:

- Estratégico
- Tático
- Operacional

Conforme definido pelo autor o Planejamento Estratégico é um planejamento de longo prazo, e as decisões a ele relacionadas norteiam a empresa neste período ou seja, seus resultados serão vistos no futuro e não no presente. Por esse motivo, a responsabilidade é do presidente e dos diretores da “Empresa”[...]. Geralmente, as decisões estratégicas estão relacionadas às linhas de produtos ou mercados. Por envolver grande soma de recursos, uma vez iniciado o processo, sua reversão é bastante difícil. O produto do planejamento estratégico é o plano estratégico. Exemplos: compra de uma empresa, lançamento de novas linhas de produtos, substituição de linha de produção etc.

Planejamento estratégico determina as medidas financeiras planejadas da empresa e o resultado dessas medidas para períodos de dois a dez anos. É comum a elaboração de planos estratégicos de cinco anos, revistos assim que novas informações importantes se tornam disponíveis (GITMAN, 2004).

Em função disso o planejamento estratégico é de extrema importância numa empresa, pois será através dele que será definido as maneiras da empresa agir para conseguir alcançar seus objetivos. Como se trata de longo prazo é possível que haja mudanças importantes no planejamento, portanto será acrescentado tais informações, para que sempre possa estar o mais atualizado possível.

O Planejamento Tático e suas características são apresentados a seguir:

Analisa alternativas de oportunidades dentro do mercado ou indústria. Enquanto o planejamento estratégico visa a resultados no longo prazo, o planejamento tático tem a finalidade de alavancar os resultados por meio de ações de curto prazo [...]. Exemplos: campanha de publicidade maciça para lançamento do novo produto, campanha de melhoria de imagem institucional etc (HOJI, 2011, p. 128).

Podemos dizer que objetiva-se buscar caminhos e novas oportunidades quando se trata do uso de planejamento tático, pois ele segue o pensamento do planejamento estratégico, porém o plano tático é obter resultados rápidos como num departamento de uma empresa, onde cada setor executa uma função.

O Planejamento Operacional determina as providencias financeiras de curto prazo e o impacto previsto dessas medidas utilizadas. Esses planos quase sempre abrangem um período de um a dois anos. Os dados básicos incluem a previsão de vendas e diversas espécies de dados operacionais e financeiros [...]. E o planejamento financeiro de curto prazo começa com a previsão de vendas. A partir daí são formulados planos de produção que levam em conta os tempos necessários para a preparação de equipamentos e incluem estimativas das matérias-primas exigidas (GITMAN, 2004).

Na explicação de Hoji (2011, p. 128)

O planejamento operacional é feito para maximizar os recursos da empresa aplicados em operações do dia-a-dia (de um determinado período), obedecendo aos planos estratégicos. O produto do planejamento operacional é mais conhecido como orçamento empresarial. A operação é planejada e implementada pelos profissionais do nível de gerencia, com aprovação previa da diretoria. Geralmente, é de curto prazo (seis meses a um ano), podendo chegar a até três anos. Envolve decisões mais descentralizadas, mais repetitivas e de maior flexibilidade quanto aos ajustes durante o período de implementação. Exemplos: plano de vendas do semestre, orçamento de caixa do ano etc.

Em função disso, o planejamento operacional é seqüência dos planejamentos estratégicos e táticos, pois é através dele que a empresa irá operar seus setores de produção. É através do planejamento operacional que a empresa vai trabalhar, pois a função dele é colocar na prática o que foi definido em papel nos outros planejamentos anteriormente estudados, pois é ele que executa as tarefas na hora de produzir na empresa.

3 O FLUXO DE CAIXA NO PLANEJAMENTO EMPRESARIAL

O Fluxo de Caixa é uma ferramenta importantíssima para a tomada de decisões na empresa, principalmente no que se refere às finanças empresariais.

Por se tratar de um elemento de controle da entrada e saída de recursos financeiros, ele tem ganhado cada vez mais importância e atenção dos gestores por se tratar de um método onde é verificado se empresa terá condições ou não de arcar com seus compromissos. Além disso, outro papel realizado por essa forma de administrar as finanças da empresa é saber em qual momento será necessário buscar empréstimos para liquidar possíveis dividas ou quando deverá fazer investimentos com o dinheiro que possa estar em excesso no caixa.

Como sua função é analisar toda entrada e saída de dinheiro do caixa da empresa, uma má gestão dessa ferramenta pode ocasionar a ausência de recursos em determinado

período para quitar o que se deve e, por fim, como consequência de uma série de erros em sua administração, pode até levar à falência da organização.

O gestor da empresa ao analisar o fluxo de caixa, deve compreender as melhores alternativas para conseguir atingir as metas da empresa, como o pagamento das dívidas em dia, gerar o capital de giro no seu caixa no curto prazo para não faltar dinheiro e no longo prazo investir a sobra do dinheiro em caixa para maximizar os retornos das suas aplicações financeiras.

Para um perfeito desempenho da empresa no mercado financeiro, é necessário que a mesma tenha feito um planejamento. Será através dele, que serão diagnosticados os possíveis riscos pelo qual a organização poderá enfrentar para alcançar suas metas. Seu principal objetivo é proporcionar que tudo saia conforme o que foi planejado, ou seja, que nada de anormal aconteça durante a execução de um procedimento da empresa.

O planejamento financeiro é executado em três formas na organização: o estratégico, o tático e o operacional. Sendo que o fluxo de caixa faz parte do planejamento operacional, pois é nesse nível que se planeja as condições necessárias para as operações básicas e diárias empresariais, ou seja, se o gestor não souber os recursos que entram e que saem e toda a movimentação prevista para ocorrer, é impossível executar as atividades finais da organização de forma sustentável para a manutenção dos negócios.

A partir da eficiente gestão dos recursos de curto prazo mediante o acompanhamento e controle feitos pelo uso adequado da ferramenta fluxo de caixa, a organização poderá projetar e planejar suas ações nas demais esferas, visando o médio e longo prazo e criando condições para que a mesma se mantenha competitiva e com saúde financeira suficiente para arcar com seus compromissos e executar investimentos que a fortaleça no mercado globalizado em que vivemos atualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão objetivou conhecer um pouco mais sobre o uso do fluxo de caixa na gestão financeira empresarial, principalmente no planejamento financeiro, detalhando suas especificidades e características de modo a relacionar ferramenta e processo em um mesmo contexto de utilização, sendo de grande importância para a aprendizagem, pois buscou na literatura existente referências claras, descrevendo e conceituando os termos necessários para que pudessemos analisar sua inter-relação.

Conclui-se que toda empresa, seja ela prestadora de serviços ou fabricante de produtos, necessita de planejamento em todos os seus departamentos. E planejar as finanças empresariais tornou-se fator crítico de sucesso devido à competitividade global que exige respostas rápidas às mudanças.

E o planejamento financeiro permite a empresa atender às metas estipuladas no planejamento estratégico da organização com redução de custos e riscos, fazendo previsões de necessidades de recursos ou projeções de investimentos, além de avaliar o grau de endividamento e o montante de dinheiro a se manter em caixa (capital de giro) a fim de obter crescimento e rentabilidade.

Surge então o motivo do gestor buscar mecanismos adequados para a administração dos recursos financeiros, como, por exemplo, o uso do fluxo de caixa para planejar e controlar as entradas (recebimentos) e saídas (pagamentos) de recursos para financiar as atividades operacionais da empresa e atender os objetivos anteriormente estipulados, de forma a criar a antever a necessidade de capital disponível pela empresa ou realizar aplicações e investimentos dos excessos.

O gestor financeiro precisa de instrumentos confiáveis que o auxiliem na tomada de decisões certas e oportunas e o fluxo de caixa apresenta-se como uma das melhores opções para se planejar as finanças empresariais, otimizar rendimentos e estimar necessidades futuras de financiamento, garantindo a viabilidade e permanência da empresa no mercado, com a rentabilidade e crescimento previamente esperados e projetados no planejamento estratégico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS E MCKINSEY & COMPANY, INC. **Empreendimentos sociais sustentáveis**: como elaborar planos de negócio para organizações sociais. 3. ed. São Paulo: Peirópolis, 2001.

Disponível em:
<http://books.google.com.br/books?id=6gbw13sNrUwC&pg=PA117&dq=planejamento+financeiro&hl=pt-BR&ei=v4W2TueJLYSHgwed64m_BA&sa=X&oi=book_result&ct=book-preview-link&resnum=8&ved=0CG4QuwUwBw#v=onepage&q=planejamento%20financeiro&f=false>. Acesso em 06 nov. 2011 às 10h 08 min.

BLATT, Adriano. **Análise de balanços**: estrutura e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis. São Paulo: MAKRON Books, 2001.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira**. Tradução técnica: Antonio Zoratto Sanvicente. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

GRECO, Alvíσιο; GÄRTNER, Günther e AREND, Lauro. **Contabilidade**: teoria e práticas básicas. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

GROPPELLI, A.A. e NIKBAKHT, Ehsan. **Administração financeira**. Tradução: Célio Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira na prática**: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos e FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade**: para o nível de graduação. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello e FISCH, Sílvio. **Controladoria**: seu papel na administração de empresas. 2. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PÉROLLA ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL. **Demonstração de fluxo de caixa – DFC**. Disponível em: < <http://www.perollacontabilidade.com.br/?pagina=59168> > Acesso em: 22 out. 2011. às 19h 15 min.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade intermediária**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W. e JAFFE, Jeffrey F. **Administração financeira**. Tradução: Antonio Zoratto Sanvicente. 2. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.